Ano XI - Nº 4.775

Terça-feira, 28 de Junho de 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Suíca destaca presença do ator Danny Glover na Bahia

Artista conheceu blocos afros e participou de evento na sede do Movimento Sem-Terra

Foto: Assessoria do vereador



Em pronunciamento, no sábado, 25, Danny Glover considerou como positiva a presença majoritária de negros na população brasileira e baiana, ocupando os variados espaços da sociedade. "É o maior contingente populacional negro fora da Nigéria", disse. Segundo o ator, as desigualdades raciais precisam estar no centro das atenções em todo o mundo. "Somos 200 milhões de afrodescendentes nas Américas, com 90% ainda vivendo na pobreza. É preciso tomar providências", afirmou o ator norte-americano. **Leia mais na página 3**

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com



www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

Câmara concede Medalha Zumbi dos Palmares a Maria Lúcia Pereira

Homenagem à ativista social foi proposta pelo vereador Sílvio Humberto

Em reconhecimento à trajetória de vida dedicada às causas sociais de Maria Lúcia Santos Pereira, que tem destacada atuação em defesa das pessoas em situação de rua, a Câmara Municipal de Salvador homenageará a ativista com a outorga da Medalha Zumbi dos Palmares. A sessão solene de concessão da honraria, uma iniciativa do vereador Sílvio Humberto (PSB), acontece nesta terça-feira (28), às 19h, no Plenário Cosme de Farias.

"Lúcia representa bem o Zumbi que há em todos nós que lutamos contra o racismo e suas manifestações. Homenageá-la é reconhecer que a luta das pessoas em situação de rua é parte importante para a superação das agruras do racismo", explica Sílvio Humberto.

A honraria é destinada a pessoas atuantes no combate ao racismo, discriminação e intolerância na cidade de Salvador e segundo o vereador, concedê-la a Maria Lúcia é uma demonstração de compromisso. "Em 2012 firmamos um mútuo compromisso militante e agora, em 2016, agraciá-la com a Medalha Zumbi dos Palmares é demonstração inequívoca da sua importância enquanto liderança do Movimento da População de Rua", afirmou Sílvio Humberto.

Perfil

Maria Lúcia Santos Pereira é natural de Itapetinga e chegou à situação de rua com 16 anos, por conta de perda de vínculos familiares. Em 1999, conheceu uma igreja que durante muito tempo estava abandonada e que havia sido reaberta para dar espaço a uma comunidade que acolhia a população de rua chamada Comunidade da Trindade. Com a participação na comunidade, foi encaminhada a um Centro de Recuperação onde passou cinco meses, de lá foi enviada para Aracaju para aprofundamento espiritual onde ficou três anos e meio.

Foto: Assessoria do vereador



Retornando a Salvador, iniciou um trabalho de convivência na Igreja da Trindade e, em 2005, assumiu a coordenação do projeto com quatro companheiros vindos das ruas. Em 2008, os trabalhos foram expandidos com a criação do Projeto Levanta-te e Anda no qual ela era responsável pelo acolhimento e trabalho em grupo com 40 companheiros que ainda estavam em situação de rua, mostrando a eles que era possível uma nova forma de viver.

Em 2010, junto com companheiros de rua que acreditavam que havia chegado a hora de lutar por políticas públicas, participou em Salvador do Movimento da População de Rua, hoje com seis anos de lutas e conquistas.

Segurança no Calabar é prioridade, afirma Geraldo Júnior

Vereador destaca trabalho que vem sendo desenvolvido na Base Comunitária do bairro

Em busca de mais ações e melhorias para o bairro do Calabar, o vereador Geraldo Júnior (SD) esteve com o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Anselmo Brandão, o comandante da Base Comunitária de Segurança (BCS) do Calabar, capitão Alã Castro, oficiais e empresários em reunião na manhã de quarta-feira (21). O encontro teve como foco principal o avanço operacional da BCS.

Para o 1º vice-presidente da Câmara Municipal de Salvador, a BCS Calabar vem oferecendo, ao longo dos cinco anos de instalação, proteção e segurança aos moradores da localidade. "Por isso, para que a unidade possa continuar fornecendo toda a assistência necessária aos moradores, propus uma reunião com o comandante-geral da Polícia Militar para que, juntos, pudéssemos apresentar ideias e buscar soluções a fim de garantir melhorias para a base", afirmou Geraldo Júnior.

Foto: Assessoria do vereador



Geraldo Júnior em reunião com representantes da PM

Com Danny Glover, Suíca reforça importância dos movimentos sociais

Ator americano visitou sede do MST e de blocos afros durante agenda em Salvador

Na presença de políticos e de representantes de movimentos sociais, como o vereador Luiz Carlos Suíca (PT), o ator e ativista norte-americano Danny Glover conheceu blocos afros e participou de evento na sede do Movimento Sem-Terra (MST), em Salvador, no sábado (25) e domingo (26).

Durante o evento, o ator hollywoodiano conversou com militantes e ativistas baianos. "Deu pra sentir o gosto da revolução. As pessoas lá fora estão mais informadas que os próprios brasileiros. O golpe não é apenas contra Dilma, é contra a democracia. E envolve todas as camadas da burguesia falida do Brasil, com o apoio de partidos de extrema direita", declarou Suíca, durante diálogo com o ator Danny Glover.

Em pronunciamento, no sábado, Danny Glover considerou como positiva a presença majoritária de negros na população brasileira e baiana, ocupando os variados espaços da sociedade.

Foto: http://www.brasil247.com/



"É o maior contingente populacional negro fora da Nigéria, por exemplo", disse. Segundo o ator, as desigualdades raciais precisam estar no centro das atenções em todo o mundo. "Somos 200 milhões de afrodescendentes nas Américas, com 90% ainda vivendo na pobreza. É preciso tomar providências", afirmou o ator norte-americano.

Para o vereador, a ideia de reforçar bandeiras de movimentos esquerdistas no país é fundamental. Suíca diz que a luta contra o racismo, contra a desigualdade social e a favor da reforma agrária não vai acabar com a tentativa de criminalizar os movimentos populares. "Essas bandeiras vão se somar à taxação das grandes fortunas e, assim, o país voltará a crescer sem precisar de golpistas. Temos de emplacar as reformas que eles querem vetar e vamos retomar o governo para devolver os ministérios das mulheres, o de cidadania e direitos humanos e do desenvolvimento agrário aos brasileiros", destacou o vereador.

Vereador parabeniza vigilantes pelo dia nacional da categoria

Segundo Gilmar Santiago, muitas vezes os profissionais trabalham em condições precárias para proteger a sociedade

Foto: Divulgação



O vereador Gilmar Santiago (PT) parabenizou os vigilantes pela passagem do dia nacional da categoria, celebrado dia 20 de junho. "Os vigilantes trabalham em condições bastante precarizadas para proteger, muitas vezes, outros trabalhadores e a sociedade em estabelecimentos públicos, comerciais e privados", lembrou o vereador. Gilmar ainda se solidarizou com o Sindicato dos Vigilantes na luta por melhores salários e condições de trabalho.

O vereador tem apoiado a categoria nas questões relacionadas ao pagamento dos vigilantes que trabalharam para a prefeitura e órgãos do governo do Estado.

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Gilmar Santiago

Sede do Sinduscon é pioneira em certificação do IPTU Verde

Programa teve origem através do projeto de indicação do vereador Paulo Câmara

Empreendimento considerado modelo em termos de construção sustentável, a sede do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon/BA) foi oficializada na segunda-feira (20) como o primeiro imóvel de Salvador a receber certificação do IPTU Verde, na categoria Ouro. O Projeto de Indicação nº 209/2011, que deu origem à Lei nº 8.474/2013, sancionada pelo prefeito ACM Neto, é de autoria do vereador Paulo Câmara (PSDB).

"Fico feliz de ver o resultado de um projeto de minha autoria com ações efetivas de incentivo fiscal a partir da sustentabilidade. Sem dúvida, é um marco para Salvador e projeta a nossa capital para o futuro", destacou Paulo Câmara, presidente da Casa Legislativa.



Foto: Assessoria do vereador

IPTU Verde

O IPTU Verde é um programa de certificação sustentável que estabelece benefícios fiscais a edificações no Município. A certificação será obtida pelo empreendimento que adotar ações e práticas de sustentabilidade, dividido em cinco grandes áreas: gestão sustentável das águas, eficiência e alternativas energéticas, projeto sustentável, bonificações e emissões de gases de efeito estufa. Cada elemento gera pontos, que são transformados em descontos, com variação que compõe as categorias Bronze (3%), Prata (6%) e Ouro (10%).



Fotos: Reginaldo Ipê

Vereador Leo Prates

Pontuações e descontos

De acordo com a lei, ao somar 50 pontos, o empreendedor ganha 5% de desconto e o imóvel recebe a certificação bronze. Com 70 pontos (ou 7% de desconto), o selo Prata é conferido ao empreendi- mento. Acumulando 100 pontos (10% de desconto) é concedido o certificado Ouro.

No evento que marcou a entrega da certificação ao Sinduscon, a Prefeitura Municipal lançou o manual de aplicações dos requisitos do IPTU Verde para orientar engenheiros, projetistas e arquitetos sobre as práticas sustentáveis em uma construção. As informações podem ser conferidas no site http://iptuverde.salvador.ba.gov.br/.

Vereador rebate denúncia contra secretário de Saúde

Segundo Duda Sanches, dizer que José Antônio não presta contas é uma inverdade

Presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal, o vereador Duda Sanches (DEM) viu com surpresa e indignação o pedido de abertura de inquérito contra o secretário municipal de Saúde, José Antônio Rodrigues Alves. O documento foi protocolado pelo Conselho Municipal de Saúde no Ministério Público.

"É uma ação que não tem sentido, não tem procedência. Todos sabem que o presidente do conselho municipal, Marcos Antônio Rodrigo Sampaio, é pré-candidato a vereador e busca isso para se promover", disse o vereador.

Ainda de acordo com Sanches, o secretário municipal jamais se recusou a prestar qualquer esclarecimento. "O secretário sempre foi à Câmara quando convocado pela presidência, Comissão de Saúde e até mesmo oposição. Dizer que ele não presta contas é uma inverdade", completou.



Vereador Duda Sanches

Leo Prates cobra do Governo do Estado o VLT do Subúrbio

Vereador afirma que o prazo para autorização da licitação já foi adiado diversas vezes

O vereador Leo Prates (DEM) cobrou do Governo do Estado a autorização de licitação para a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) do Subúrbio. "O primeiro prazo dado pela Casa Civil do Governo do Estado para autorizar a licitação para as obras foi de agosto do ano passado. Depois, matéria publicada em 15 de janeiro deste ano no Portal do Governo do Estado informou que a licitação ocorreria nos próximos meses. Já estamos no final de junho e, até agora, nada", frisou o vereador.



Vereador Leo Prates

De acordo com Leo Prates, mesmo com a crise econômica a prefeitura vem realizando, dentro dos cronogramas estabelecidos, importantes intervenções para a mobilidade urbana. "A Via Expressa Cajazeiras-BR 324, por exemplo, será inaugurada no dia 1º de julho", afirmou o vereador. "Recordo o caso da Ponte Salvador-Itaparica, anunciada diversas vezes pelo Governo do Estado na gestão passada e que nunca saiu do papel. Espero que o VLT não seja a ponte Salvador-Itaparica da gestão Rui Costa", finalizou Leo.

CÂMARA MUNICIPAL

22ª SESSÃO ORDINÁRIA
4º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 29 DE JUNHO DE 2016 – 14h30min

1.1. Discussão e Votação da Ata
1.2. Leitura do Expediente (1º secretário)
1.3. Registros

EXPEDIENTE

4º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA

Salvador, 22 de junho de 2016.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35/16

Concede o Título de Cidadão da Cidade de Salvador ao deputado federal Ricardo Izar (PP-SP).

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão da Cidade de Salvador ao deputado federal Ricardo Izar (PP-SP).
Art. 2º - A outorga do Título a que se refere o artigo anterior será feita em Sessão Solene da Câmara Municipal de Salvador, em data estabelecida pela Mesa Diretora.
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2016.
ANA RITA TAVARES

JUSTIFICATIVA

Ricardo Izar nasceu em 1º de agosto de 1968. Paulistano, formado em economia, foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo em 2010, com mais de 87 mil votos, e reeleito em 2014, com quase 114 mil.
Com atuação política ética, seriedade no trato com a coisa pública, em defesa de bandeiras relevantes, como os direitos do consumidor, das pessoas com deficiência, do meio ambiente ecologicamente equilibrado, ganhou projeção em todo o País. Em 2014 e 2016, figurou na lista dos cinco deputados mais atuantes do Congresso Nacional, em pesquisa realizada pelo Ranking Políticos.
Na Câmara dos Deputados, foi presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou crimes de maus-tratos contra animais.
À frente da CPI dos Maus-tratos, atuou pela promoção da justiça e do respeito aos direitos animais na Bahia. Por indicação do meu mandato, a Comissão Parlamentar de Inquérito apurou dois casos de maus-tratos de grande repercussão no estado: o recolhimento e extermínio de cães pela Prefeitura de Cansanção; e a morte do cão Apolo pelo tenente da PM Wilson Pedro dos Santos Júnior, em Teixeira de Freitas.
Ademais, a sua atuação parlamentar tem prestado importantes serviços à coletividade soteropolitana, quando apresenta propostas que alcançam o interesse dos animais em todo o território nacional, inclusive aqui no nosso Município.
Ricardo Izar é autor do Projeto de Lei nº 3490/2012, prestes a ser apreciado no Plenário da Câmara, que visa a proibir a eutanásia de cães saudáveis em centros de controle de zoonoses de todo o País, além de outras proposições legislativas que mudam o rumo do caos histórico de desrespeito à vida e à dignidade dos animais.
Cabe notar que, em Salvador, o fim da captura arbitrária e extermínio de animais ocorreu a partir de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público e a Prefeitura Municipal, em 2004, após constantes denúncias de ativistas e Ongs. Se aprovada, a proposta de Izar institucionaliza o respeito à vida dos animais e elimina ação atroz e ineficaz praticada por gestores públicos em muitos municípios do Brasil.
O Título de Cidadão da Cidade de Salvador, conforme a Resolução nº 910/91, deve ser outorgado à personalidade que tenha prestado relevante serviço à coletividade soteropolitana. Assim, atendida tal condição elementar, solicito aos nobres vereadores a aprovação do Projeto ora apresentado, possibilitando que a Câmara Municipal conceda justa homenagem ao deputado federal Ricardo Izar (PP-SP).

Sala das Sessões, 22 de junho de 2016.
ANA RITA TAVARES

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36/16

Concede a Medalha Zumbi dos Palmares ao tenente coronel da Polícia Militar Valci Góis Serpa de Oliveira.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Medalha Zumbi dos Palmares ao tenente coronel da Polícia Militar Valci Góis Serpa de Oliveira.
Art. 2º - Fica a Mesa Diretora da Câmara autorizada a marcar dia e hora para, em Sessão Solene, fazer a entrega do referido Título.
Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta da verba própria do Orçamento vigente.
Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2016.
PAULO CÂMARA

JUSTIFICATIVA

NOME: TEN CEL PM VALCI GÓIS SERPA DE OLIVEIRA

DADOS PESSOAIS:
Profissão: tenente coronel da Polícia Militar da Bahia
Natural: Salvador–Ba
Idade: 49 anos
Data nasc: 17/08/1966
Filiação: Valter Serpa de Oliveira e Luci Dalva Goes Serpa de Oliveira
Estado Civil: casado
Data Casamento: 13/10/1990
Esposa: Iara Maria Barnabé Serpa de Oliveira
Filhas: Kelly Barnabé Serpa de Oliveira – 22 anos
Victória Barnabé Serpa de Oliveira – 12 anos
Tempo de serviço na PMBA: 32 anos

HISTÓRICO PROFISSIONAL:
• aspirante a oficial: 1986
• 2º tenente: 1987
• 1º tenente: 1988
• capitão: 1996
• major: 2001
• ten cel: 2011

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:
• Aspirante do 6º BPM/Salvador
• instrutor do CPM
• instrutor do Núcleo de Formação de Soldados
• instrutor do Curso de Oficiais
• chefe da Seção de Inteligência do 16º BPM/Salvador
• polícia feminina
• comandante da 6ª CIPM/Porto Seguro – 1996 A 1999
• chefe da Seção de Planejamento do 15º BPM/Itabuna – 1999 a 2000
• subcomando geral da PMBA/Salvador – 2001 A 2003
• comandante da 43ª CIPM/Itamarajú – 2003 A 2005
• comandante da Companhia Rodoviária de Itabuna – 2005 A 2011
• comandante da 8ª CIPM/Itapetinga – 2011 A 2012
• comandante do 19º BPM/Jequié – 2012 A 2014
• diretor do Colégio da PMBA em Teixeira de Freitas – 2015...

CURSOS:
• Qualidade em Serviços
• Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro
• Metodologia do Trabalho Científico
• Gerenciamento de Crises
• Formação de Oficiais
• Movimentação de Produtos Perigosos
• Especialista em Segurança Pública
• Informática Avançada
• Uso Progressivo da Força
• Direitos Humanos

TÍTULOS:
• Cidadão Porto Segurense
• Cidadão Itamarajuense
• Cidadão Itabunense
• Cidadão Ilheense
• Cidadão Ibicaraisense
• Cidadão Itapetiguense
• Cidadão Jequieense
• Amigo do Tiro de Guerra
• Amigo da Polícia Civil de Itamarajú
• Amigo da Igreja Evangélica de Itapetinga

CONDECORAÇÕES:
• Medalha de Tempo de Serviço 10 Anos de Serviço
• Medalha de Tempo de Serviço 20 Anos de Serviço
• Medalha de Tempo de Serviço 30 Anos de Serviço
• Medalha Marechal Argolo – relevantes serviços ao Estado

Portanto, por essa inegável contribuição ao nosso Estado e em especial ao nosso Município, faz caber por direito a Medalha Zumbi dos Palmares ao tenente coronel da Polícia Militar Valci Góis Serpa de Oliveira.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2016.
PAULO CÂMARA

ATA

19ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 4º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016.

PRESIDENTE: VEREADOR KIKI BISPO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR DUDA SANCHES (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, o senhor presidente advertiu os ocupantes da Galeria de que a Mesa não toleraria excessos, e foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Mensagens n.s 8, 9 e 10/16 do Executivo Municipal, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei n.s 180, 181 e 182/16; Projetos de Lei n.s 177 a 179/16 do vereador Henrique Carballal; e Projetos de Indicação n.s 412/16 do vereador Sílvio Humberto e 413/16 do vereador Euvaldo Jorge. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, ocupou inicialmente a Tribuna o vereador Orlando Palhinha, que saudou os servidores municipais em luta por seus direitos e declarou-se indignado com o ocorrido ao final da Sessão do dia anterior, quando vereadores da base governista foram hostilizados por manifestantes na saída do Paço. O senhor presidente reiterou advertência aos ocupantes da Galeria e disse que acionaria a Assistência Militar para esvaziar o espaço, se necessário, ressaltando que os cidadãos eram bem-vindos desde que agissem com respeito. O vereador Orlando Palhinha prosseguiu dizendo respeitar os servidores em luta, mas não aceitar atitudes como as do dia anterior. O vereador Luiz Carlos Suíca disse que respeitava a fala do orador antecessor mas tinha de observar que, na semana anterior, os próprios vereadores tinham sofrido, no Plenário, com o forte cheiro de tintas usadas na reforma do recinto, e, na Sessão anterior, a vereadora Aladilce Souza tinha sofrido agressão verbal, e a Mesa não acionara a segurança da Casa para conter o agressor. Disse que a Galeria era ocupada por professores que vinham acompanhar uma votação do seu interesse, sem ofender ninguém, apenas manifestando sua posição. Agradeceu aos vereadores Léo Prates e Geraldo Júnior por acatarem a maioria de suas Emendas ao Plano Municipal de Educação (PME), inclusive a que suprimia previsão de ampliar a terceirização. O senhor presidente disse que a Mesa Diretora não fora complacente com a agressão da Sessão anterior, havendo retirado os que se comportavam mal. Em comunicação inadiável, o vereador Orlando Palhinha lembrou ao vereador Luiz Carlos Suíca que o Projeto do PME fora fruto do trabalho dos 43 edis da Casa. O edil Heber Santana comentou sobre a Galeria cheia, destacando a importância da participação de qualquer que seja o grupo. Em seguida, lembrou que teve a oportunidade de participar do PME tanto quando esteve no Executivo, como secretário, quanto no Legislativo, ao voltar à vereança, e comentou sobre as contribuições recebidas e transformadas em emendas que foram incorporadas, inclusive da Associação dos Professores Licenciados do Brasil (APLB). Por fim, ressaltou a atuação do ex-secretário Guilherme Bellintani à frente da pasta e na elaboração do PME. Em comunicação inadiável, o vereador Hilton Coelho informou que, em frente à CMS, um grupo pedia a retirada do PME em razão de ele não ter sido discutido pela categoria. O vereador Henrique Carballal destacou a importância da Casa para a garantia do contraditório. Disse que fascismo é uma ideologia que incorpora as pessoas sem que elas percebam e criticou aqueles que queriam impedir a atuação da CMS, lembrando que o PME estava na Casa desde fevereiro. Disse que foi líder estudantil e que nunca tentou impedir o funcionamento das instituições, considerando que essa era uma postura de quem não aceitava a democracia. Declarou não querer representar quem não sabe ouvir e afirmou estar certo de que o PME seria aprovado, considerando-o o mais adequado; lembrando que nele haviam sido incorporadas emendas da Oposição; e opinando que os professores não podiam colocar seus interesses acima dos das crianças. Em seguida, registrou o protocolo de uma representação pedindo a abertura de processo disciplinar para provar que o edil Hilton Coelho incitou atos de violência contra os próprios pares, referindo-se ao episódio ocorrido no dia anterior e alegando que o manifestante o cuspira. Disse que as imagens que esclareceriam o fato seriam devidamente encaminhadas e pediu que a Presidência tomasse as providências cabíveis para coibir situações como essa. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho considerou que a fala antecedente revelava covardia não só com relação à forma com que o vereador Henrique Carballal se relacionava com a sociedade civil, mas, com os próprios pares. Disse querer que os vídeos fossem mesmo exibidos, afirmando que eles mostram o vereador agredindo o manifestante, e não, o contrário. Encerrado o Pequeno Expediente pelo decurso do tempo, a vereadora Vânia Galvão protestou, afirmando que o edil Henrique Carballal falara por mais tempo que o devido. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Joceval Rodrigues abriu mão do tempo de fala e orientou os membros de sua bancada a fazerem o mesmo, para que se seguisse diretamente às votações, e encaminhou à bancada o voto favorável ao PME. O edil Gilmar Santiago pediu que a Casa tivesse serenidade em sua relação com a sociedade civil, afirmando que ela representa a democracia e que não se podia enxergar os cidadãos como inimigos, algo que observava desde a Sessão Anterior. Criticou o fato de o conteúdo da comunicação inadiável ser previamente questionado pela Presidência e contou que o vereador Henrique Carballal o havia procurado para assinar documento contra o edil Hilton Coelho, que havia exercido sua natural divergência como parlamentar. Disse não aceitar que esse edil fosse colocado como bode expiatório, o que classificou como covardia, e não haver provas de que ele tivesse ferido o decoro da Casa. Pediu ao vereador Henrique Carballal que retirasse o processo, opinando que não seria essa a forma adequada de ele exercer seu direito de defesa, e afirmou que não havia registro visual de ele ter sido cuspido pelo rapaz que agrediu. Em aparte, o vereador Hilton Coelho agradeceu ao orador, lembrando que ele foi um dos edis aplaudidos pelos cidadãos na saída da Sessão anterior. O senhor presidente explicou que o processo encaminhado pelo edil Henrique Carballal já se encontrava na instância devida. O vereador Everaldo Augusto considerou que havia um clima inusitado desde o dia anterior, e que a Casa parecia estar sitiada, o que o remetia aos tempos da Ditadura pós-1964, aos filmes de Costa-Gravas e à telenovela Saramandaia, de Dias Gomes. Disse que o prefeito mandava à Casa projetos de lei que feriam a Constituição, as leis, a própria Casa e o povo, e observou que estavam rodeados por policiais. Considerou que havia um cerco originário da Prefeitura, ressalvando que respeitava os policiais que atuam normalmente na CMS, bem como o vereador governista Léo Prates, e disse que os professores só queriam o debate. Em aparte, o vereador Antônio Mário disse que um edil havia incitado pessoas a invadir a Casa e que os policiais faziam o seu papel. O vereador Everaldo Augusto afirmou que, provada alguma agressão contra o vereador Henrique Carballal, haveria providências a respeito, mas que só se havia visto o edil agredindo um cidadão. O edil Claudio Tinoco considerou que esta seria uma das Sessões mais importantes, como considerou a do dia anterior. Comentou sobre a invasão da CMS ocorrida em 2013, considerando que alguns dos manifestantes de então estariam presentes agora, e ressaltou a importância do respeito mútuo. Declarou-se solidário ao vereador Henrique Carballal, afirmando que os edis foram impedidos de entrar e sair do Paço pela atuação do vereador Hilton Coelho, e comentou sobre a luta da União da Juventude Socialista (UJS) e a invasão de espaços públicos, o que criticou. Por fim, elogiou o PME e ressaltou a autonomia da Casa. O vereador Arnando Lessa pediu que fosse averiguada a presença de pessoas que estariam escondidas na área onde há um caixa eletrônico e questionou a serviço de quê elas estariam ali. O senhor presidente pediu que a segurança da Casa assim procedesse. A vereadora Vânia Galvão ressaltou o papel da UJS e contou que todas as pessoas presentes na Galeria foram revistadas, mas que, na Sala das Comissões e do Governo, havia pessoas não identificadas. Comentou sobre o acesso à Galeria na Sessão do dia anterior e exigiu o mesmo tratamento agora, informando que as pessoas que ali estavam chegaram pela manhã e reforçando o pedido do vereador Arnando Lessa. Passando-se à **Ordem do Dia**, em apreciação o Projeto de Lei n. 19/16 (PME), em 1ª discussão, o edil Hilton Coelho saudou os presentes à Galeria, dizendo que eles representavam tantos outros igualmente indignados com um Plano sem força positiva e criado sem estudos técnicos. Explicou o procedimento para a criação do Plano que entendia necessário, com a realização de conferências com mais de mil participantes e audiências públicas sobre temas específicos relacionados, e tudo em acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE). Explicou que, ao invés disso, simplesmente fizeram, sem a participação de instituições como universidades e sindicatos, uma minuta do Plano, da qual se originou o Projeto, o qual reputou ilegítimo. Disse que a Comissão de Educação havia sido atuante a respeito do PME, tendo sido a que mais realizou audiências públicas e se fez presente em todas as assembleias. Disse ainda que o PME não se baseia no Plano anterior e traz conteúdo privatista, que prevê duas categorias de escolas, uma delas de cunho privado com trabalhadores celetistas. Lembrou as escolas ocupadas em São Paulo por aqueles que não aceitaram modelo semelhante e concluiu: declarando que seu voto seria contrário; lamentando a "guerra santa" criada contra militantes de gênero; e pedindo a retirada do Projeto. A vereadora Aladilce Souza saudou as Juventudes presentes na Galeria. Em seguida, disse que não queriam que o PME estivesse em votação e considerou que a retirada da urgência pelo prefeito mostrava que, de fato, não precisava pressa para votá-lo. Defendeu a necessidade de se atenderem os interesses dos professores e criticou que a matéria não tivesse sido discutida pela categoria, mas, elaborada dentro de gabinete, contando que a informação inicial era que o ex-secretário Bellintani faria uma minuta do Projeto e passaria em cada escola colhendo contribuições. Considerou que era também necessário discutir o assunto com as famílias, mencionando a questão de gênero e os tristes dados de violência contra à mulher, e lembrando que a criança adquire sua base nos seus primeiros dois mil dias de vida. Indagou por que não aprender sobre essa questão da vida nas escolas, com assistentes sociais, psicólogos e terapeutas, e considerou retrógrada a posição contrária a isso. Em aparte, o edil Antônio Mário informou que uma assessora sua fora agredida por um assessor da oradora, que retomou sua fala defendendo a retirada do PME de pauta, para se fazer uma discussão mais ampla e tranquila. Concordou que o Projeto passou um tempo nas Comissões, mas disse que queriam corrigir a situação, e reiterou sua posição pela retirada da proposição, sugerindo que sua votação ocorresse no segundo semestre. Por fim, declarou terem ficado tristes com a Sessão do dia anterior e a votação do PDDU sem ser artigo por artigo, na 1ª discussão, e sem se votarem as emendas. O vereador Everaldo Augusto criticou as elites e seus governos conservadores, cujos interesses via refletidos no Projeto em discussão, e ressaltou a necessidade de participação popular na construção de políticas públicas. Explicou que o PME tinha pontos em acordo com o PNE, mas que sua execução dependia de aspectos que deveriam ser discutidos com a população, o que não acontecia. Disse que a Mensagem do prefeito mentia ao dizer que tinha havido debates e que, entre as metas do Plano, não havia uma só que previsse o alcance em 100%, dando como exemplo a erradicação do analfabetismo funcional, cuja previsão de êxito era de 50%. Considerou que a manutenção de analfabetos funcionais nesse índice mostrava que a educação destinada ao povo não era a mesma que os autores do Projeto queriam para seus filhos e afirmou que a Casa não podia votar o Projeto sem debate com pais de alunos, entidades, pedagogos e outros. Comentou a questão da privatização da alimentação escolar, afirmando que ela foi causadora de problemas que levaram o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, órgão não-partidário e com representantes da Prefeitura em sua composição, a rejeitar as Contas municipais, inclusive em razão de desvio ocorrido. Concluiu explicando que a mesma empresa envolvida na máfia da merenda escolar em São Paulo era a que atuava em Salvador e expondo a destinação desigual de recursos que ela realizava. O edil Sílvio Humberto, presidente da Comissão de Educação, saudou a todos os presentes na Galeria, afirmando se orgulhar de também fazer parte da categoria de professor e ser diretor do Instituto Steve Biko, o qual, apesar de considerar novo, já fazia a diferença na vida de muitas pessoas. Em seguida, ressaltou a importância da educação para transformar vidas, declarando se orgulhar em dizer que a educação mudou a sua, e considerou que um tempo precioso fora perdido sem os debates sobre o PME. Afirmou que a educação tanto pode libertar quanto aprisionar o indivíduo e que, para ela ser transformadora de uma maneira geral, deveríamos ter uma rede pública de ensino de qualidade. Considerou que o Projeto foi atropelado pelo Regimento Interno e continha várias emendas soltas, e contou que a Comissão que preside procurou diversas formas de discuti-lo, pedindo para que fosse retirado de pauta, mas não foi atendida. Em aparte, o vereador Moisés Rocha disse que o vereador Sílvio Humberto tinha total legitimidade para discorrer sobre o tema e, por isso, associou-se ao seu discurso, solicitando mais debate sobre o Projeto. Em aparte, o vereador Toinho Carolino disse que a discussão era pertinente e que a Comissão de Educação era bastante atuante na Casa e vinha discutindo nas escolas e em outros locais. Associou-se ao discurso sobre a educação poder aprisionar ou libertar, questionando a quem interessava manter os filhos dos menos favorecidos na escuridão; afirmando que educação é o que transforma e que essa situação não poderia ser permitida. O orador concluiu citando uma frase de Nelson Mandela e solicitando o adiamento da votação para haver mais discussão. A vereadora Vânia Galvão reiterou a necessidade de se adiar a apreciação do PME, lembrando que ele adveio dos Planos nacional e estadual, e contou que ele perdeu a possibilidade de ser discutido na Conferência Municipal de Educação. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza informou que advogada de Comissão da OAB estava na porta da CMS sem conseguir entrar e pediu que isso lhe fosse permitido, tendo o senhor presidente respondido que não havia espaço na Galeria e, portanto, seria necessário alguém se retirar para que ela pudesse entrar. Continuando, a vereadora Vânia Galvão reforçou o pedido de adiamento da votação e disse que, no texto do PME, não havia menção a uma educação pública gratuita e laica, criticando que escolas se tornassem espaços de educação religiosa em detrimento de estudos de filosofia e sociologia. Lembrou que havia muito que se preconizava a separação de Religião e Estado, e que este último deve respeitar a todas as religiões. Disse que algumas escolas estavam inserindo o catecismo em suas práticas, mas que escolas deviam ser plurais para não haver ataques aos que não comungam de uma certa religião. O vereador Waldir Pires considerou que a questão era singular e que dificilmente teriam em pauta um assunto superior à Educação. Disse que os efeitos seriam amargos se o Projeto viesse a ser votado sem o adequado exame da Comissão competente e justificou sua ausência à reunião da Comissão por motivo de enfermidade na família. Considerou que realizar a votação sem atentar à questão marcaria a dignidade dos trabalhos da Casa e indagou como a população toleraria uma ausência dessa natureza. Observou que não teria como arguir a questão em termos regimentais, mas pediu a reflexão de todos e invocou a imaginação e a capacidade do presidente para que o adiamento da vo-

tação fosse possível. O edil Claudio Tinoco, pela Comissão de Finanças, emitiu Parecer favorável ao Projeto, destacando as Emendas da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a expectativa de dez anos do PME; explicando que ele adveio da revisão do atual em decorrência do PNE; considerando que ele atendia às normas de finanças públicas e daria ainda mais condições de trabalho ao Executivo municipal, cujos indicadores na área comentou. O vereador Sílvio Humberto disse que o Projeto acabava de chegar à sua apreciação, razão pela qual não tinha como aprová-lo, sendo contra, portanto. A vereadora Aladilce disse o mesmo, explicando não ser possível fazer uma avaliação em Plenário, e pedindo a retirada do Projeto. O Parecer da Comissão de Finanças foi então aprovado, por 5 votos favoráveis e 2 contrários (edis Sílvio Humberto e Aladilce Souza). Em Parecer pela Comissão de Educação, o vereador Sílvio Humberto observou se tratar de matéria extensa e complexa que acabava de chegar à Comissão. Historiou sua formação escolar e acadêmica, para dizer que ela não o tornava um "super-humano", capaz de formular um Parecer daquele modo, e afirmou ter havido desrespeito ao rito, com a permanência do Projeto na CCJ por 70 dias, enquanto, à Comissão de Educação, eram destinados alguns minutos em Plenário. Leu seu Relatório, contou ter conversado com professores desejosos de participação e afirmou que o que começava errado terminava errado, inclusive pela não discussão de emendas. Considerou que o próprio desenvolvimento econômico da Cidade passava pela educação bem planejada, e que, portanto, era a vida das pessoas que estava em jogo. Lamentou a perda de oportunidade para discutir questões de gênero e concluiu ratificando posição tomada em audiência pública, contrária ao Projeto. O vereador Joceval Rodrigues disse que a Casa tinha a missão de zelar pela autoestima da população, o que norteava o PME, e declarou-se contra a ideologia de gênero como influência para as crianças. Disse ainda que a Oposição teve sete meses para discutir o Plano e fez emendas que foram acatadas, não tendo razão para refutar o Projeto. Questionou por que não se fazia discussão de gênero em faculdades, considerando que se tratava de ideologia agressiva a mulheres e crianças, e concluiu orientando sua bancada a votar a favor do Projeto. O vereador Hilton Coelho questionou de onde o edil que o antecedeu retirou o conceito de ideologia de gênero. Lembrou o estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro, afirmando se tratar de uma monstruosidade, como tantas outras que ocorrem em Salvador, ponderada a partir de discursos letais, como alguns ouvidos nessa Casa. Informou que a população foi convocada pelas redes sociais para uma guerra santa e considerou que um discurso machista e homofóbico queria marcar o PME, assim como ocorreu no âmbito nacional e estadual. Declarou que o PME podia ser aprovado, mas não teria correspondência com a generosidade do povo, o que explicava tantas vaias. O vereador Toinho Carolino afirmou que Educação é coisa séria e justificou o voto com o relator, não pela discussão da questão de gênero, sobre a qual não opinou, mas pela forma de tramitação e condução do processo. O vereador Edvaldo Brito comentou sobre seu voto na Sessão do dia anterior, lembrando que o justificara e lamentando que colegas sem espírito democrático viessem a acusá-lo. Comentou sobre o juízo de admissibilidade que cabe à CCJ e a importância de se seguirem os trâmites às demais Comissões, e acompanhou o voto do relator. O vereador Waldir Pires reiterou a necessidade de se adiar a votação, ressaltando a importância do Projeto e a necessidade de ele passar pelo exame da Comissão de Educação, e declarou que seu voto sempre seria a favor da Educação, razão pela qual também seguiria o relator. O Parecer da Comissão de Educação foi, então, aprovado, por 5 votos favoráveis e 2 contrários (edis Ana Rita Tavares e Joceval Rodrigues). Nos encaminhamentos de votação, a vereadora Aladilce Souza, destacando as falas de alguns edis e o apelo dos professores para discutirem o Projeto, encaminhou contra, embora liberando sua bancada, especialmente aqueles edis que tiveram emendas acatadas pela CCJ. A Sessão foi prorrogada até às 20h. O vereador Joceval Rodrigues, por sua vez, encaminhou pela aprovação do PME e, em seguida, em votação artigo por artigo, o Projeto foi aprovado em 1ª discussão, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Arnando Lessa, Edvaldo Brito, Everaldo Augusto, Gilmar Santiago, Hilton Coelho, Sílvio Humberto, Toinho Carolino, Vânia Galvão e Waldir Pires. Em 2ª discussão, pronunciou-se o vereador Hilton Coelho, que comentou sobre os graves problemas na Educação municipal. Relatou caso de senhora que aspirava a estudar na modalidade de Educação para Jovens e Adultos e teve seus direitos negados, inclusive de modo machista e racista. Apontou o fechamento de turmas e de unidades de ensino, e disse que o primeiro ano do Ensino Fundamental estava sendo negado em nome de uma suposta reorganização escolar. Concluiu dizendo que, por tudo isso, lutaria até o fim, e que o povo se levantaria contra o PME. O vereador Sílvio Humberto agradeceu os votos favoráveis ao seu Parecer e disse que este era um momento de reafirmação da sua posição. Declarou que era preciso marcar o discurso de gênero, lembrando que escreveu um artigo para discutir o machismo na sociedade e afirmando a importância da formação e do respeito ao próximo. Questionou o que justificava trabalhar apenas o *bullying* na sala de aula e não os conflitos étnicos raciais, considerando que a visão eurocêntrica era ruim para as crianças negras. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago parabenizou o papel da Comissão de Educação nesta Legislatura, considerando que ela mostrava o debate democrático. Observou que apenas um vereador subiu à Tribuna para defender a votação e disse que, apesar de saber que perderiam no voto, via a sociedade a favor do debate. O orador lembrou que foi uma conquista conseguir falar sobre diversidade étnico racial nas escolas, voltou a ressaltar a importância da educação para a vida das pessoas e reiterou seu posicionamento em defesa de uma educação pública de qualidade. Pela ordem, o edil Léo Prates sugeriu que, diante da extensa pauta de Projetos de vereadores a serem votados, os Projetos de Lei n.s 441/15 e 61/16, do Executivo, ficassem para a próxima Sessão deliberativa, tendo a vereadora Aladilce Souza concordado. Em seguida, findas as discussões, o Projeto de Lei n. 19/16 foi aprovado até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Arnando Lessa, Everaldo Augusto, Gilmar Santiago, Hilton Coelho, Sílvio Humberto, Toinho Carolino, Vânia Galvão e Waldir Pires, e abstenção do vereador Edvaldo Brito. Houve tumulto na Galeria e o senhor presidente Paulo Câmara pediu a retirada dos exaltados. Contidos os ânimos, prosseguiu-se a votação da Ordem do Dia, tendo sido discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Lei n.s 62/16, 143/15, 213/14, 151/16 (com emenda), 176/16, 763/13, 185/14, 285/15, 153/15, 228/15 (com emenda), 377/15, 101/16, 127/16, 128/16, 135/16, 141/16, 143/16, 153/16, 154/16, 155/16, 160/16, 161/16, 163/16, 165/16, 172/16, 124/16, 337/15, 2/16, 7/16, 83/16, 84/16, 85/16, 89/16, 103/16, 104/16, 115/16 e 123/16; os Projetos de Indicação n.s 215/16, 216/16, 217/16, 218/16, 219/16, 221/16, 222/16, 227/16, 228/16, 236/16, 237/16, 238/16, 239/16, 240/16, 241/16, 247/16, 248/16, 250/16, 251/16, 252/16, 254/16, 255/16, 256/16, 257/16, 258/16, 259/16, 260/16, 261/16, 262/16, 263/16, 291/16, 292/16, 293/16, 294/16, 295/16, 296/16, 297/16, 298/16, 299/16, 300/16, 301/16, 302/16, 303/16, 304/16, 305/16, 306/16, 307/16, 308/16, 309/16, 310/16, 311/16, 312/16, 313/16, 314/16, 315/16, 316/16, 317/16, 318/16, 319/16, 320/16, 321/16, 322/16, 323/16, 324/16, 325/16, 326/16, 327/16, 328/16, 329/16, 330/16, 335/16, 336/16, 340/16, 344/16, 345/16, 346/16, 347/16, 348/16, 349/16, 350/16, 351/16, 352/16, 353/16, 354/16, 355/16, 356/16, 357/16, 358/16, 359/16, 360/16, 361/16, 362/16, 363/16, 364/16, 365/16, 366/16, 367/16, 368/16, 369/16, 370/16, 371/16, 372/16, 373/16, 374/16, 375/16, 376/16, 377/16, 378/16, 379/16, 380/16, 381/16, 382/16, 383/16, 384/16, 385/16, 387/16, 388/16, 389/16, 390/16 e 391/16; os Substitutivos aos Projetos de Indicação n.s 223/16, 224/16, 225/16 e 226/16; os Projetos de Resolução n.s 9/14, 67/15, 21/16, 22/16, 23/16, 24/16, 25/16, 28/16, 29/16, 30/16, 31/16, 32/16 e 33/16; e aprovados os Requerimentos n.s 114/16, 115/16, 116/16, 117/16, 119/16, 120/16, 121/16, 122/16, 123/16 e 124/16; e as Moções n.s 17/16, 18/16 e 19/16. Concluídas as votações, pela ordem, o vereador Duda Sanches lamentou a agressão sofrida por repórter do Bocão News. Em declaração de voto, o vereador Heber Santana declarou-se a favor do PME sem menção à ideologia de gênero, afirmando não se tratar de uma questão de religião, mas de preocupação com as crianças. O vereador Isnard Araújo também lamentou o ocorrido e considerou que, neste dia, fora discutido muito mais que os interesses dos professores. Comentou sobre a ideologia de gênero e a pureza das crianças, e lembrou que o mesmo Projeto fora aprovado pela União e o Estado. Verificada falta de quorum, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o quorum, o senhor presidente Kiki Bispo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registro do vereador Léo Prates.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR (A) LICENCIADO (A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
PAULO CÂMARA	01/06/2016	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RETIFICAÇÃO:

No **EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA** publicado no D.O.L. de 29/04/2016, página 09:

Onde se lê:

ASSUNTO: **Aposentadoria Voluntária**

CAD.	SERVIDOR	PROCESSO Nº
2027	Maria de Fátima Tourinho Curvello	00963/2015

Leia-se:
ASSUNTO: **Aposentadoria Voluntária**

CAD.	SERVIDOR	PROCESSO Nº
2027	Maria de Fatima Tourinho Curvello	00963/2015

GABINETE DA DIRETORIA, 27 de junho de 2016.

CARLOS ALBERTO FAGUNDES PEREIRA
Diretor Administrativo

LICENÇA MÉDICA		
2020	MARIA CLEMENTINA SANTOS DE MATOS	22/06/16 A 06/07/16

RESUMO DO CONTRATO

CONTRATO CMS N°.	20/2016
PROCESSO:	714/2016
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:	Inexigibilidade n°. 08/2016
CONTRATADA:	KENTA INFORMÁTICA LTDA
CNPJ:	01.276.330/0001-77
PARECER JURÍDICO:	156/2016
OBJETO:	Contratação de empresa especializada em captura, armazenamento, gerenciamento e disponibilização de informações de áudio, vídeo e produção textual, inclusive na web, através de consultas e pesquisas indexadas do todo acervo.
VALOR TOTAL DO OBJETO:	R$ 72.000,00 (setenta e dois mil)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
PROJETO/ ATIVIDADE:	01.031.0025.207600
ELEMENTO DE DESPESA:	33.90.39 0.1.00
VIGÊNCIA:	O período de vigência do contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura.
BASE LEGAL:	Pelas normas do Direito Público, da Lei Municipal n° 4.484/92, pelo Dec. n° 15.984/05, e subsidiariamente, da Lei Federal n°8666/93, e, ainda supletivamente, nos casos omissos, pelo Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, independente de outras normas de Direito Privado, no que couber, e com base nas informações do Processo Administrativo n° 714/2016 – 19/05/2016.
DATA DA ASSINATURA:	10/06/2016
ASSINAM:	Paulo Câmara – CMS Carlos Antenor Barrios -Contratada Marenilda Santos -Testemunha Matheus Caíque -Testemunha

Visite a Biblioteca da Câmara.

Horário de funcionamento de 8h às 18h de segunda a sexta-feira.



Acesse o Portal da Câmara Municipal de Salvador

www.cms.ba.gov.br

www.twitter.com/camarasalvador

www.facebook.com/camaradesalvador